

FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA PRODUTIVA DOS MUNICÍPIOS DA FRONTEIRA OESTE BRASILEIRA COM A BOLÍVIA

Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa¹

Leny Caselli Anzai²

Flávio Gatti³

1 INTRODUÇÃO

A área da fronteira oeste brasileira envolve a faixa de terras de 150 km de largura dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso Sul, disposta ao longo da linha de limite internacional entre a Bolívia e o Paraguai. Esta área é marcada por expressiva diversidade de paisagens econômicas e socioculturais, resultantes dos diferentes processos de ocupação e da busca de sustentação de suas comunidades que geraram, ao longo do tempo, estruturas produtivas com características específicas, permeadas, de um lado, pela herança sociocultural e, do outro, pela lógica do desenvolvimento capitalista que, de forma seletiva e desigual, tem permeado este espaço.

Especificamente na faixa de fronteira que envolve Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com a Bolívia, área objeto deste estudo, a organização produtiva do período colonial, pautada na concessão de sesmarias, marcou fortemente o sistema fundiário e ocupacional, cuja influência é sentida até os dias atuais. Assim, predomina ao longo da fronteira com a Bolívia a grande propriedade rural, sendo ainda comum a criação de gado no sistema extensivo.

Nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1970, com as políticas de estímulo à interiorização da população e da economia em direção ao Centro-Oeste e Norte do Brasil, a fronteira oeste, embora não fosse alvo destas políticas, sentiu seus efeitos. Assim, surgiram novos adensamentos políticos em torno de pontos que prosperaram economicamente, o que levou à criação de novos municípios. Esta criação e o desenvolvimento de atividades em novas bases produtivas conferiram um maior dinamismo econômico para a faixa de fronteira do oeste do Brasil. No entanto, velhos problemas persistem, entre eles a situação de extrema dificuldade

1. Professora do curso de graduação em geografia e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e coordenadora do Grupo de Estudos Regionais Sul-Americanos (Gersa).

2. Professora do curso de graduação em história e do PPGH/UFMT e membro do Gersa.

3. Pesquisador do Programa de Apoio a Redes de Pesquisa (Proredes) e membro do Gersa.

financeira em que vive uma camada da população, que não dispõe de serviços básicos de saúde e de educação, não encontra postos de trabalho e não tem acesso à terra para trabalhar e obter seu próprio sustento.

Assim, neste capítulo procurou-se analisar as condições agrárias e produtivas dos municípios lindeiros da fronteira oeste do Brasil, discutindo o processo de formação, suas características fundiárias e produtivas atuais e a ocorrência e condições da pequena produção.

Para a realização da pesquisa, que foi coordenada pelo Ipea, foram feitos levantamentos de dados, pesquisa bibliográfica e visitas a organismos relacionados à temática agrária, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), as secretarias de agricultura dos municípios dos estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, a Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural de Mato Grosso (Empaer/MT) e de Mato Grosso do Sul (Empaer/MS), bem como do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea) nos municípios lindeiros do estado.

Para o levantamento dos dados foram feitas entrevistas com os responsáveis técnicos dos organismos visitados e com alguns produtores rurais, entre eles, pequenos produtores, sobretudo assentados, por ocasião de visitas a alguns projetos implantados pelo Incra.

Ressalta-se a dificuldade na obtenção de dados, especialmente sobre a estrutura fundiária nos órgãos responsáveis pelo setor. Geralmente, é dada a explicação de que os dados não estão disponíveis, porque não há levantamentos completos ou porque estes não se encontram atualizados. Diante desse quadro, procurou-se conjugar dados estatísticos disponíveis com as informações levantadas.

O estudo sobre as condições agrárias produtivas da fronteira com a Bolívia, embora tenha verticalizado a análise sobre os municípios lindeiros, procurou contextualizar a faixa de fronteira e suas adjacências, analisando as condições de sua formação, as relações, os desdobramentos e as rupturas em relação à realidade dos dias atuais.

2 A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE BRASILEIRA

O atual limite oeste do Brasil é resultado da política colonial de Portugal, que investiu firmemente na expansão de suas raias ao definir estratégias ocupacionais que ultrapassaram a linha de Tordesilhas, assegurando terras e pretensas riquezas para os domínios portugueses além-mar. Assim, oficialmente, no decorrer do século XVI, por força do referido tratado, caberia aos espanhóis efetuar a ocupação das áreas que hoje correspondem à faixa da fronteira oeste brasileira, mas seus interesses estavam voltados para as ricas terras mineiras do Peru e da Bolívia.

Ainda no final do século XVI, a partir do estabelecimento da União Ibérica em 1580, as explorações portuguesas para além da linha de Tordesilhas foram facilitadas. Em relação a este marco, Amado e Anzai (2014, p. 34) afirmam que:

com a União Ibérica (1580-1640), Portugal tornou-se politicamente anexado à Espanha, e subiu ao trono português o ramo espanhol da casa de Habsburgo. Nesse período, os limites impostos pela linha imaginária estabelecida em Tordesilhas passaram, cada vez mais, a ser transpostos pelos lusitanos.

Após 1640, com o término da União Ibérica, as frentes portuguesas continuaram em sua marcha para o interior do Brasil, ultrapassando e concretizando ocupações a oeste da linha de Tordesilhas. Havia por parte da Coroa lusitana o interesse constante em ampliar seus domínios, incluindo neste plano a conquista da Amazônia e o acesso ao estuário do Prata, por onde sabiam que se poderia chegar ao interior do continente e às riquezas andinas.

Nesta perspectiva, os portugueses avançaram em direção ao interior da colônia, efetivando ocupações estratégicas ao longo dos extensos caminhos percorridos. Assim, foram fundados inúmeros arraiais, vilas, freguesias, cidades, registros e incidentes no território a oeste de Tordesilhas.

Em 1748, frente à indefinição de um tratado que estabelecesse um limite entre as duas potências coloniais e em meio às disputas, cada vez mais acirradas, pela conquista de territórios, o governo português decidiu criar as capitanias de Goiás e de Mato Grosso, ambas desmembradas da capitania de São Paulo. Nos anos seguintes, no âmbito da política expansionista do Marquês de Pombal, foram definidos e implementados novos projetos lusitanos de ocupação das terras a oeste da linha de Tordesilhas, a exemplo da criação da capitania do Rio Negro, em 1751. Dessa forma, o governo português marcava sua presença na fronteira norte e oeste da colônia.

A capitania de Mato Grosso abrangia um vastíssimo território, correspondendo, na atualidade, aos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cuja extensão foi mantida até 1943, por ocasião da criação do território federal de Rondônia (mapa 1). Assim, a fronteira oeste da colônia, em sua parte central, estava nos limites da capitania de Mato Grosso, terras consideradas longínquas, de difícil acesso, que precisavam ser ocupadas e protegidas, garantindo a efetiva posse para a Coroa portuguesa. A preocupação com a defesa e a ocupação da fronteira oeste é evidenciada por Amado e Anzai (2014, p. 43), que afirmam:

os administradores portugueses tinham clareza de que o interior da colônia era a grande área desprotegida. Se fortificações militares protegiam o litoral, os vastos interiores coloniais e suas minas não contavam com instalações militares adequadas. As novas configurações políticas exigiam que se colocasse em prática um projeto

de reestruturação administrativa das unidades coloniais, permitindo a afirmação da soberania portuguesa sobre áreas as mais extensas que fosse possível.

MAPA1

Mato Grosso: abrangência territorial (1748-1943)



Legenda	
Território de Mato Grosso	Capital
Territórios vizinhos	Cidades
Território dos estados atuais	

Fonte: Souza-Higa (2005).

Obs.: Informações adequadas em base cartográfica atual.

Interessava, sobretudo, um tratado que reconhecesse os limites da colônia portuguesa, que haviam sido levados muito além do que definia o Tratado de Tordesilhas. Assim, em 1750, o rei de Portugal D. João V e o rei espanhol D. Fernando VI assinaram o Tratado de Madrid, que definiu os limites para as colônias dos dois reinos litigantes, sendo anulado o que fora estabelecido no Tratado de Tordesilhas.

O período de vigência do novo tratado foi efêmero. As insatisfações de Portugal com as perdas de territórios na bacia do Prata, especialmente a da colônia de Sacramento, propiciaram a anulação do Tratado de Madrid e a assinatura, em 1761, do Tratado de El Pardo, o qual também não conseguiu pôr fim aos desentendimentos sobre os limites coloniais. Assim, em 1777, foi assinado o Tratado de Santo Idelfonso, que promoveu, nas proximidades do estuário do Prata, retificações nas configurações de limites das colônias portuguesas e espanholas, sem conseguir resolver o clima de insatisfações para as duas coroas ibéricas.

Em 1778, com a assinatura do Tratado de El Pardo, um clima mais estável foi estabelecido entre Portugal e Espanha. Por este tratado, conforme afirma Amado e Anzai (2014, p. 46), “Portugal cedeu à Espanha territórios no Oriente e no golfo da Guiné em troca de manter seus territórios no Brasil”. Estes territórios haviam sido cedidos à Espanha no âmbito do Tratado de Santo Idelfonso, envolvendo a área das Missões Orientais, terras às margens dos rios Grande, Guaira, Mato Grosso, e a ilha de Santa Catarina. Somente em 1801, com a assinatura do Tratado de Badajoz, os limites no sul do Brasil foram fixados, obedecendo as linhas respeitadas na atualidade, tendo sido incorporadas à colônia lusitana as terras que integram o atual estado do Rio Grande do Sul.

No início do século XX, em 1903, um novo tratado alterou os limites brasileiros em razão da incorporação da área do atual estado do Acre ao território nacional. Esta incorporação foi feita por meio de um acordo com o Estado boliviano, cujos termos foram oficializados no Tratado de Petrópolis, fechando a atual configuração limítrofe do Brasil.

É importante ressaltar que, em relação à condição política e territorial de Mato Grosso, com a promulgação, em 1824, da Constituição Política do Império do Brasil, as antigas capitanias passaram a ser províncias. Assim, fica instituída a província de Mato Grosso, cujo território foi mantido sem alterações em relação à fase em que foi capitania. Com a Proclamação da República brasileira e a promulgação de sua primeira constituição, em 1891 – Constituição da República dos Estados do Brasil –, as províncias passaram a estados, o que deu lugar ao estado de Mato Grosso, abrangendo o mesmo território do período em que foi capitania e província, envolvendo, portanto, os territórios dos atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e a maior parte da área de Rondônia.

Em 1943, o Decreto-Lei nº 5.812 desmembrou do território de Mato Grosso e dedicou parte de sua área para compor o território federal do Guaporé, que passou, em 1956, a denominar-se território federal de Rondônia, compondo na atualidade o estado homônimo. Em 1977, em conformidade com a Lei Complementar nº 31, Mato Grosso voltou a ser desmembrado, desta vez para criar o estado do Mato Grosso do Sul, cujo governo foi instalado em 1º de janeiro de 1979.

3 FORMAS INICIAIS DE OCUPAÇÃO E DOMINIALIDADE DA TERRA

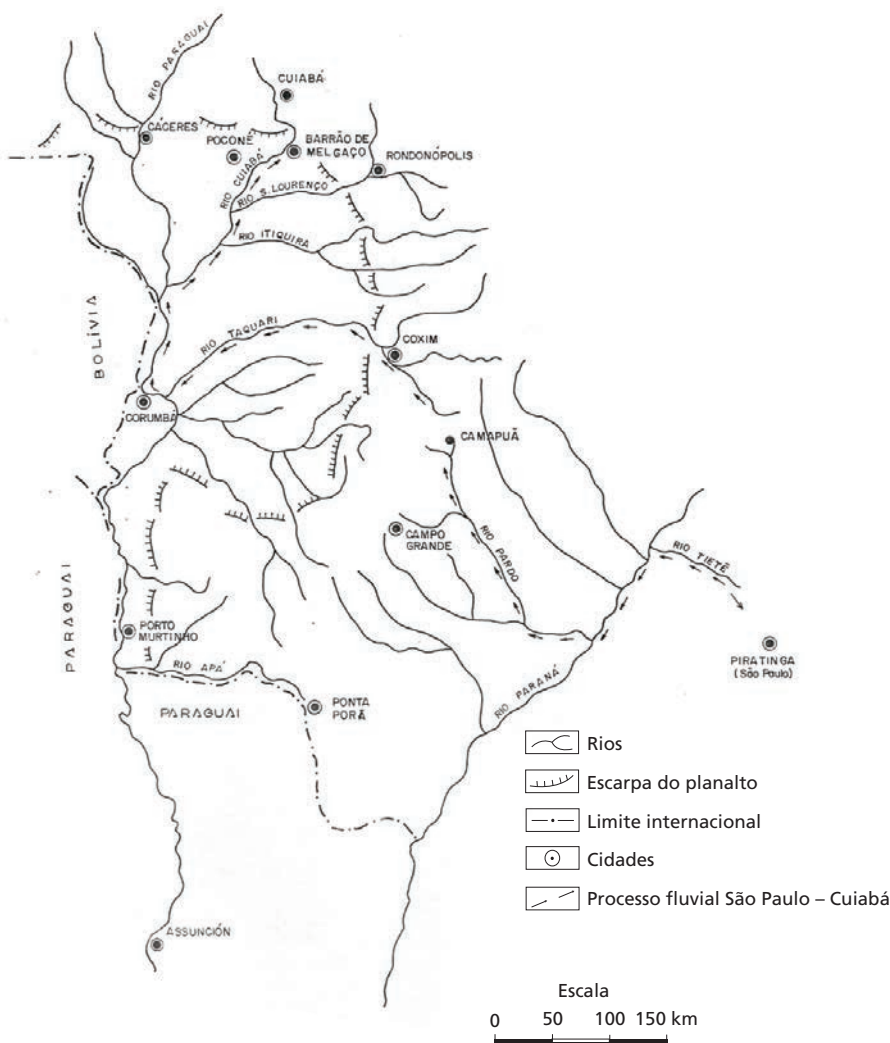
A efetiva ocupação das terras que hoje correspondem à fronteira ocidental brasileira foi um processo lento e árduo, iniciado no século XVII e intensificado no século XVIII. Nesse período, a política da Coroa portuguesa, com vistas à expansão de suas fronteiras, concentrou esforços em ações de distribuição de terras e de povoamento.

O acesso às terras ocidentais da colônia portuguesa era difícil e longo. Uma das rotas utilizadas partia da cidade de Belém, valendo-se do roteiro fluvial dos rios Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé, atingindo a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, no atual estado de Mato Grosso. Outro percurso saía da cidade do Rio de Janeiro, cortava no sentido sul-norte o atual estado de Minas Gerais, e no sentido leste-oeste o atual estado de Goiás, chegando a Mato Grosso.

A partir da vila de Piratininga, atual cidade de São Paulo, foi utilizado outro percurso para chegar aos limites oeste da colônia, especialmente às terras hoje ocupadas por Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, designado caminho monçoneiro (mapa 2). Por esta via, saíam de Piratininga pelo rio Tietê até o rio Paraná, e por este até o rio Pardo, o qual subiam até a sua mais alta cabeceira, já no planalto de Maracaju, localizado no atual estado de Mato Grosso do Sul.

Para alcançar o outro rio e seguir viagem – o rio Taquari – era preciso atravessar parte do planalto de Maracaju, conhecido como Varadouro de Camapuã. Este trajeto, com aproximadamente 14 km, era feito a pé, com o auxílio de animais de carga. Descendo o rio Taquari, alcançavam o rio Paraguai, em pleno pantanal, e por este chegavam ao rio Cuiabá, de onde partiam para outros pontos do limite oeste da Colônia e, também, para o norte, em direção à cidade de Belém.

MAPA 2
Percurso monçoneiro de São Paulo a Cuiabá



Fonte: Valverde (1972).

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A utilização destas vias permitiu a entrada dos exploradores europeus e, conseqüentemente, o domínio sobre os indígenas, a descoberta de minas de pedras preciosas, o cultivo inicial de lavouras e a introdução da pecuária. Estas atividades, especialmente a produção de alimentos, foram imprescindíveis para a efetiva ocupação das terras e a fixação da incipiente população que se dirigia para estas áreas. Em relação a esse processo de ocupação, a historiadora Elisabeth Siqueira afirma:

esse povoamento deveria ser garantido oferecendo-se terras aos chegantes e, sobretudo, buscando não abandonar os territórios já conquistados, mas sim, ampliá-los ao máximo possível. Para isso, era fundamental que a Coroa portuguesa mantivesse povoado todo o trajeto monçoeiro, o qual serviria de ponto abastecedor e de defesa contra as incursões indígenas e estrangeiras (Siqueira, 1997, p. 34).

A constante preocupação com a possibilidade da entrada dos espanhóis nas terras ocidentais da colônia e as frequentes reações indígenas contra as expedições exploradoras levaram as autoridades portuguesas a definirem a instalação de redutos militares junto à linha de fronteira em função da presença espanhola, medida com a qual esperavam poder reduzir os ataques indígenas, estimular a formação de núcleos de população e, sobretudo, desestimular qualquer pretensão espanhola de entrar nas terras da Coroa de Portugal.

Em cumprimento a esta política estratégica, em 1752, junto à margem direita do rio Guaporé, foi instalada a Vila Bela da Santíssima Trindade, que se tornou a primeira capital da capitania de Mato Grosso. Em 1754, também às margens do rio Guaporé, foi instalado o forte Nossa Senhora da Conceição, posteriormente denominado Bragança, hoje em Rondônia; e em 1775 foi criado o núcleo de Coimbra, à margem esquerda do rio Paraguai, atualmente em Mato Grosso do Sul. Em 1776, às margens do rio Guaporé, foi construído o forte Príncipe da Beira, hoje em Rondônia (mapa 3).

Ainda em cumprimento a esta política ocupacional, em 1778, foram instalados os núcleos de Vila Maria, hoje Cáceres, em Mato Grosso, e de Albuquerque, atualmente cidade de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, ambos também à margem esquerda do rio Paraguai. Destaca-se a instalação do núcleo de Coimbra em 1797, em pleno Pantanal, atualmente em Mato Grosso do Sul. Em 1719, precedendo a formação destes núcleos e fortes, foi instalado o povoado que originou a cidade de Cuiabá, localizado em um sítio aurífero que despertou ainda mais o interesse português na conquista e proteção das longínquas terras do oeste da colônia. Desta forma, Rivera e Pinto (2008, p. 242) afirmam que “foi a partir de 1719, quando foi fundada a primeira povoação, que se desencadeou o processo de ocupação territorial pelo colonizador europeu”.

No Brasil Colônia, o acesso à terra era feito mediante a concessão de sesmarias, que compreendiam extensas áreas concedidas pela Coroa portuguesa a quem se aventurasse a vir para o Brasil e se dedicasse ao trabalho de exploração da terra. As sesmarias eram doadas, também, como prêmio a cidadãos destacados em atividades militares. Na capitania de Mato Grosso, a doação de sesmarias foi iniciada nos meados do século XVIII, a partir das minas de Cuiabá, tendo o processo se expandido em direção à fronteira ao longo dos rios Guaporé e Paraguai.

MAPA 3

Fortes militares e povoações implantadas na capitania de Mato Grosso (século XVIII)



Legenda

- | | |
|-------------------------------|---|
| Território de Mato Grosso | Limites políticos atuais (não definidos na época) |
| Territórios vizinhos | Linha do Tratado de Tordesilhas |
| Território dos estados atuais | Núcleos de povoamento |
| Fortes militares | |

Fonte: Souza-Higa (2005).

Obs.: 1. Informações adequadas em base cartográfica atual.

2. Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A extensão das sesmarias concedidas não apresentava uniformidade. Nas áreas inundáveis da zona pantaneira, o tamanho chegava a uma légua de frente por três de fundo, o que corresponde, aproximadamente, a 13.068 hectares (Valverde, 1972).

Nas bordas do Pantanal e em áreas secas, em geral, as sesmarias tinham dimensões bem menores, variando entre 1 mil e 3 mil hectares.

A diferença no tamanho das sesmarias respondia aos interesses do governo português frente à ocupação de cada área específica. Nas áreas auríferas, em geral nas bordas do Pantanal e adjacências, o colonizador fixou-se para explorar ouro e outras pedras de valor, não tendo interesse na exploração agropecuária da terra. Nessas áreas, a atividade agrícola desenvolvida era meramente de subsistência, voltada para o sustento dos trabalhadores das minas. Já nas terras mais baixas, os pantanais da fronteira colonial, as terras eram requeridas e apossadas para a criação de gado e cultivos de subsistência, envolvendo áreas imensas.

Ainda em relação à concessão de sesmarias menores nas áreas de exploração aurífera, destaca-se que existiam dispositivos legais que não permitiam a formação de grandes propriedades nas áreas das minas e suas adjacências. Trata-se das Reais Ordens de Sua Majestade de 15 de março de 1738 e de 15 abril de 1744, segundo as quais nas vizinhanças das minas não era permitido conceder sesmarias de mais de meia légua quadrada, cerca de 1.089 ha.

A concessão de grandes sesmarias na área pantaneira e fronteira da colônia atendia especialmente aos objetivos da Coroa portuguesa, pois o reconhecimento da legitimidade de posse do território tinha por suporte o princípio *uti possidetis*,⁴ sendo, portanto, oportuna e necessária a concessão de imensas áreas como forma de efetivar a ocupação territorial.

As sesmarias das áreas pantaneira e da fronteira podiam ainda ser maiores, em razão da possibilidade de o mesmo proprietário tomar posse de mais de uma gleba. Isto ocorria mediante o fato de o candidato a sesmeiro poder requerer terras não só em seu nome, mas também em nome de sua mulher e de seus filhos, inclusive para aqueles ainda crianças. Esta medida possibilitou a formação de imensas propriedades ao longo da fronteira e adjacências.

A concessão de sesmarias, que vigorou até 1822, e o sistema possessório, como forma de acesso à propriedade da terra, que perdurou até a promulgação da primeira Lei de Terras, em 1850, foram alicerces da formação das grandes propriedades no Brasil, especialmente da área fronteira do Brasil Central. Nesta perspectiva, Rosseto (2015, p. 31) afirma que “as sesmarias e posses no Pantanal Norte influenciaram a criação e a consolidação de grandes fazendas onde era praticada a pecuária extensiva”.

4. Originário do direito privado romano, o termo *uti possidetis* explicita que os países que de fato ocupam um território têm direito de posse sobre ele. Recorreu-se a esse princípio em meados do século XVIII para validar e legitimar fronteiras em áreas de conquistas coloniais de Portugal e Espanha na América do Sul. O responsável por sua aplicação à época foi Alexandre de Gusmão, que o trouxe para o direito internacional público no Tratado de Madri, de 1750. Para mais informações, ver Goes Filho (2015, p. 243-249) e Brasiel (2011, p. 98). Para o caso específico das fronteiras com a capitania de Mato Grosso, ver Amado e Anzai (2014).

Assim, em parte da área que atualmente corresponde ao município de Cáceres, em Mato Grosso, foi estabelecida uma das grandes sesmarias da área fronteira. Trata-se da fazenda Jacobina, cujos domínios perfaziam 240 léguas quadradas, cerca de 1.045.400 ha. Orlando Valverde faz referência a dois diferentes momentos das condições produtivas desta fazenda. O primeiro momento refere-se ao ano de 1825, em que o autor, com base na visita do viajante francês Hércules Florence à referida fazenda, afirma que a Jacobina possuía:

mais de 60.000 reses, cultivava cana-de-açúcar, mandioca, feijão, cereais e café. Labutavam na fazenda cerca de 200 escravos e mais 60 crianças. Tão vultosa era a produção que, segundo foi narrado ao visitante, grande quantidade de alimentos tinha sido mandada gratuitamente ao forte de Coimbra, a fim de evitar ficasse tudo deteriorado (Valverde, 1972, p. 105).

O segundo momento produtivo descrito pelo autor refere-se ao ano de 1880, em que faz comentários tomando por base informações obtidas de uma visita de Pimenta Bueno à aludida fazenda. O autor afirma que a fazenda Jacobina representava:

o maior latifúndio da província, com 240 léguas quadradas de superfície e uma população bovina superior a 600.000 cabeças, composta na maioria de gado alçado. Produzia rapadura, açúcar bruto e aguardente; cultivava algodão arbóreo e, com ele em rocas e teares domésticos, fabricava panos; dispunha de seleiros, forjadores, alfaiates, carpinteiros, de que, não raro, um mesmo homem exercia mais de uma especialidade (Valverde, 1972, p. 105).

Muitas outras sesmarias de grandes proporções foram implantadas na área fronteira dos atuais territórios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo como esteio o rio Guaporé e o rio Paraguai. Essas sesmarias, com o passar do tempo, deram lugar à formação de grandes fazendas, consolidando uma estrutura latifundiária.

Entre as grandes fazendas oriundas das sesmarias que foram formadas na fronteira da capitania de Mato Grosso destaca-se o saladeiro Descalvados, situado às margens do rio Paraguai, no atual município de Cáceres. Esta fazenda, que se destacou pela criação de gado e produção de charque, chegou a totalizar cerca de 881.053 ha (Rosseto, 2015).

No território que hoje é Mato Grosso do Sul, especificamente nos pantanais da área fronteira, muitas outras grandes fazendas foram instaladas, como a fazenda Firme, situada entre os rios Taquari, Paraguai e Negro. Esta fazenda, de acordo com Valverde (1972), contava com área total de 176.853 ha. Destaca-se, ainda, a fazenda Tabaco, que, ainda de acordo com autor, chegou a ter 244.023 ha. Esta fazenda situava-se em território que hoje corresponde ao município de Aquidauana.

Embora muitas sesmarias tenham apresentado bom desempenho no transcorrer da segunda metade do século XVIII e no século XIX, a maioria não conseguiu

progredir. Faltavam aos proprietários capital e mão de obra. Assim, a agricultura praticada era de subsistência, desenvolvida de forma rudimentar e o gado era criado totalmente solto pelos campos.

3.1 Formação das fazendas de gado e economia fronteiriça

O gado introduzido na área fronteiriça, especialmente no Pantanal, era originário da Península Ibérica e chegou às terras da colônia portuguesa a partir do Paraguai, que por sua vez o tinha recebido do Peru e de São Paulo (Valverde, 1972).

O gado que chegou ao Pantanal e foi distribuído pela fronteira teve sua entrada por fazendas formadas nas proximidades das minas de Cuiabá. Valverde (1972, p. 113) afirma que daí “foram levadas algumas reses de canoa para Cuiabá, pois já o tinha autorizado o próprio governador Rodrigo César, de São Paulo, pelo bando de 8 de novembro de 1725”.

Ainda de acordo com Valverde (1972, p. 114), a partir de Cuiabá o gado foi levado para a fronteira de Vila Bela da Santíssima Trindade e se espalhou pelo Pantanal: “A partir dessa região, expandiram-se as fazendas, como foi visto, ao longo da estrada para a Vila Bela e pelo norte da depressão pantaneira”.

A atividade pecuária da fronteira e dos pantanais utilizou um gado de tipo rústico, de porte pequeno denominado crioulo, que era criado solto pelos campos, sem maiores cuidados por parte dos proprietários. Este tipo de gado ainda é encontrado nos dias atuais, reconhecido pela população local como gado curraleiro ou tucura. As condições físicas preponderantes na área da fronteira, ao norte com os pantanais do rio Guaporé, e no centro e sul com os pantanais do rio Paraguai, favoreciam a criação extensiva, levando a área a tornar-se uma grande produtora de gado, mesmo não sendo os animais de raças consideradas adequadas para a produção de carne e de leite.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) desestruturou a organização produtiva que vinha se dando ao longo da área fronteiriça e pantaneira da província de Mato Grosso. As tropas paraguaias avançaram do sul para o norte até Cáceres, e grande parte da população se viu obrigada a abandonar suas terras, deslocando-se para Cuiabá e outras cidades. A economia da área, que vinha se desenvolvendo satisfatoriamente, foi em grande parte dizimada, pois a manutenção das forças paraguaias era feita com os recursos existentes na área, principalmente do gado.

Com o término da guerra em 1870, foi reiniciado o processo de povoamento e houve a retomada da incipiente economia da área fronteiriça. As fazendas logo recuperaram o crescimento de seus rebanhos e o comércio do gado voltou a florescer. A liberação do rio Paraguai aos navios brasileiros acelerou o ritmo da ocupação pantaneira. Segundo Corrêa Filho (1955, p. 41), “aumentaram em número as

moradias ribeirinhas, que já dispunham de um meio seguro de ligações periódicas com a capital, como para baixo, até algum porto litorâneo”.

Em linhas gerais, a malha fundiária sofreu alterações, com as sucessivas divisões a que as propriedades primitivas foram submetidas em razão dos processos sucessórios por herança. Além disso, ocorreram vendas de partes das glebas originais e, em alguns casos, reagrupamentos. Em todo este processo o caráter latifundiário foi mantido.

O final do século XIX, período que marca o fim do Império e o início da República, é caracterizado por um maior dinamismo das relações comerciais envolvendo a produção mato-grossense. Sobressaem as relações estabelecidas de Cuiabá e das cidades das margens do rio Paraguai com a praça de Montevideu e com a Europa. Para o país vizinho, eram vendidos produtos animais como carne-seca, chifres, couro e sola. Para a Europa, eram enviados produtos vegetais, destacando-se a ipecacuanha (*Cephaelis ipecacuanha*).

As embarcações que desciam o rio Paraguai com produtos de Mato Grosso retornavam com produtos de consumo, como farinha de trigo, sabão, azeite, vinho, entre outros, com os quais abasteciam os mercados de Corumbá, Cuiabá e Cáceres. Foi também utilizando esta mesma via que chegaram as primeiras máquinas para as usinas de açúcar das fazendas das proximidades de Cuiabá e das fazendas do Pantanal.

O gado crioulo, que formou inicialmente os rebanhos dos pantanais fronteiriços, prevaleceu durante muito tempo, mas por volta da primeira década do século XX, com a melhoria ocorrida no comércio de carnes, o gado zebu, proveniente de Uberaba, Minas Gerais, foi levado para o planalto mato-grossense e, posteriormente, para a planície do rio Paraguai.

Entre as diversas raças de gado zebu, a que teve maior aceitação pelos criadores da área de fronteira foi o nelore, considerada uma raça resistente e boa produtora de carne. Além disto, este gado se adaptou bem às condições das planícies pantaneiras e não requeria grandes recursos para sua manutenção, atendendo ao tipo de criação extensiva praticada em toda a área.

Ainda no final do século XIX e início do século XX, teve início a vinda do capital estrangeiro na área fronteiriça de Mato Grosso, que foi concretizado pela compra e arrendamento de terras na planície do rio Paraguai por investidores de outros países, sobretudo os países platinos. Com o impulso dado pelo capital adicional empregado, surgiram novos negócios e houve o reagrupamento de propriedades, fomentando a característica latifundiária da fronteira.

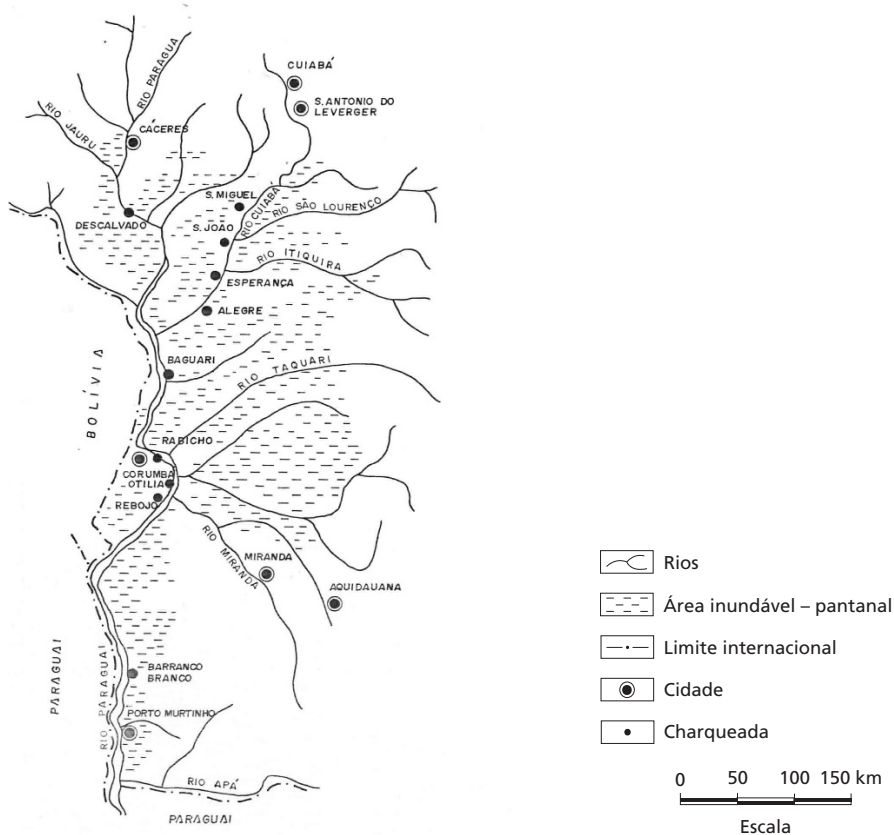
Neste novo cenário, várias charqueadas foram instaladas no Pantanal, na área da fronteira, muitas com capital estrangeiro, que vieram a desempenhar um

importante papel para a economia local e de Mato Grosso. Assim, em 1878, foi instalado o saladeiro Descalvados, localizado às margens do rio Paraguai, ao sul da atual cidade de Cáceres. Este saladeiro foi implantado pelo cidadão argentino Rafael Del Sar, que arrendou terras para o empreendimento.

Muitas outras charqueadas foram implantadas na fronteira ao longo de vias navegáveis, principalmente no município de Corumbá. Entre as com melhor estrutura e maior produção destacam-se as charqueadas São Miguel, São João, Esperança, Alegre, Baguari, Rabicho, Otilia, Rebojo e Barranco Branco (mapa 4).

MAPA 4

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: charqueadas existentes na faixa de fronteira (início do século XX)



Fonte: Valverde (1972).

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Ainda no âmbito de imensas propriedades, destaca-se a fazenda Mate Laranjeira, cedida pelo governo imperial em 1882 ao comerciante gaúcho Tomás Laranjeira pelos serviços prestado na Guerra do Paraguai. Esta fazenda, localizada na área da fronteira, no sul do Pantanal, consistia em um imenso latifúndio, com cerca de 5 milhões de hectares, cujas terras eram formadas por ervais nativos, campos de planalto e áreas de pantanal. Em 1904, a empresa argentina Francisco Mendez e Cia. adquiriu a referida fazenda por compra, aumentando o número de proprietários estrangeiros na fronteira.

Nas décadas seguintes do século XX, a aquisição de terras públicas por estrangeiros na faixa de fronteira passou por mudanças. Assim, em 1979, esta matéria foi definida pela Lei Federal nº 6.634/1979 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. Em conformidade com a lei citada, passou a ser vedada a concessão e alienação de terras públicas para estrangeiros, sendo permitidas no limite de 3 mil hectares, mediante o assentimento prévio do Conselho Nacional de Segurança (CSN). O mesmo Conselho também foi responsável pelo assentimento prévio de aquisição, posse ou qualquer direito real sobre o imóvel de terras na fronteira, também limitado à área de 3 mil hectares. Para a alienação ou a concessão para estrangeiros de áreas superiores a 3 mil hectares, as condições foram definidas no art. 8º, § 1º da referida lei.

O presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional e mediante prévia autorização do Senado Federal, poderá autorizar a alienação e a concessão de terras públicas acima do limite estabelecido neste artigo, desde que haja manifesto interesse para a economia regional (Brasil, 1979).

As restrições de acesso à terra na faixa de fronteira a estrangeiros fazem parte da política nacional de defesa, que considera a área de 150 km de largura ao longo da linha de limite internacional como um espaço importante, indispensável à segurança nacional (Brasil, 1979).

Ainda no final do século XIX, o acesso à terra rural continuava a ser feito por regularização de posses, processo que deu sequência à formação da grande propriedade, reafirmando a tendência do padrão latifundiário na área fronteiriça. Sobre este processo, Rosseto (2015, p. 38) afirma:

em 1897 foi dimensionada a distribuição das posses de terras em alguns municípios de Mato Grosso, e em Cáceres – Pantanal Norte, foram registradas posses de pastoreio (pecuária) com superfícies acima de 3.650 ha e de lavoura, entre 1.130 e 5.900 ha. O tamanho das áreas revela a tendência da política fundiária que apontava para a concentração através da legitimação de grandes posses de terras devolutas e/ou através da venda ou concessões via arrendamentos, que acabavam sendo privatizadas.

No início do século XX, embora ao longo da fronteira se encontrassem várias fazendas produtivas e prósperas, a maior parte das propriedades, mesmo

com a imensidão de terras e milhares de cabeças de gado, estava em situação financeiramente difícil. Faltavam-lhes recursos para investir na adequação da infraestrutura local, na melhoria da qualidade dos rebanhos e nas condições de manejo. Esta situação era bem visível no padrão de casas das fazendas fronteiriças e pantaneiras que, em geral, eram casas grandes, construídas em adobe, com inúmeros cômodos, cobertura de telha ou palha e chão batido, quase sem nenhum mobiliário e cercadas por varandas.

Contudo, a produção gerada pelas fazendas pantaneiras da fronteira desempenhou um importante papel para a economia de Mato Grosso, especialmente no final do século XIX e no século XX até a década de 1970. Assim, à medida que as vias de acesso e os meios de transportes foram permitindo o escoamento da produção, as fazendas fronteiriças passaram a abastecer mercados cada vez mais longínquos.

A partir da década de 1970, novos interesses econômicos e dinâmicas políticas passam a ocorrer em Mato Grosso. O estado foi dividido, surgindo o Mato Grosso do Sul. O cultivo da soja desponta como rentável produto de exportação e avança pelo planalto de sul para norte, criando novas territorialidades para o capital. Mesmo o gado, que até este período era criado maciçamente na planície do rio Paraguai e do rio Guaporé, passa a ser criado no planalto em direção à Amazônia mato-grossense, onde já se encontram, pois os campos nativos dos pantanais fronteiriços não respondiam à altura exigida pelos novos padrões de produtividade.

Ressalta-se que, embora a perda de expressão econômica da fronteira tenha sido acentuada nas últimas décadas – sobretudo na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX –, anteriormente, as condições de prosperidade da área, advindas da pecuária e do comércio feito pelo rio Paraguai, conseguiram atrair e fixar população, o que pode ser observado pelo número de povoados criados que vieram a formar, mais tarde, cidades e municípios. Assim, Mato Grosso conta, atualmente, com 28 unidades municipais na faixa de fronteira, e Mato Grosso do Sul, com 44 unidades.

4 A ÁREA DE FRONTEIRA: CONCEPÇÃO, CARACTERÍSTICAS E DINÂMICA TERRITORIAL

A compreensão da dinâmica territorial em áreas de fronteira requer observações que extrapolem as imediações da linha de limite internacional e se estenda pela área que, de alguma forma, mantenha relações e exerça ou sofra influência do país vizinho, a qual é reconhecida, genericamente, como área fronteiriça ou região de fronteira. Assim, inicialmente, torna-se importante fazer a distinção entre limites e fronteiras. Para Martin (1992, p. 47),

o limite é reconhecido como linha e não pode, portanto, ser habitada, ao contrário da fronteira, que ocupando uma faixa, constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada e onde os habitantes de estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio.

Machado (1998, p. 2) afirma que “a palavra limite, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna”. De acordo com esta autora, as diferenças entre limite e fronteiras são essenciais. Ela observa:

a fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono (*idem, ibidem*).

Destaca-se, também, a importância dos conceitos de faixa de fronteira e de zona fronteira. De acordo com a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (Brasil, 2005), a faixa de fronteira constitui uma expressão *de jure*, associada aos limites territoriais do poder do Estado. Ainda segundo a mesma publicação, o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais avançada é a das cidades gêmeas (*op. cit.*, p. 21).

A zona de fronteira caracteriza-se por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, cuja dinâmica e especificidade só são perceptíveis na escala local e regional. Por sua vez, o termo faixa de fronteira restringe-se à extensão de terras de um determinado país, situada ao longo de seu limite internacional. Ainda sobre a zona de fronteira, Machado (2005, p. 259-260) explica que a “zona de fronteira é composta pelas faixas de fronteiras de cada lado do limite internacional”.

Em tempos de globalização, a noção de faixa de fronteira assume novos significados, superando cada vez mais a figura de limite rígido, assumindo a condição de área permeável e de articulação. Nesta perspectiva, Ciccolella (1997, p. 62, tradução nossa) afirmou:

assim, a noção de fronteira tem sido mudada notadamente no contexto contraditório do processo de globalização; o que hoje se conhece como espaço fronteiro seria o resultado das tensões e contradições multiescalares existentes entre a própria realidade local-regional e o exercício da soberania dos estados nacionais, profundamente permeados pelo sistema econômico e pelas redes científico-técnicas e informacionais. Deste modo, a partir de uma concepção de zona de choque, fortemente militarizada ou de nítida diferenciação entre dois sistemas políticos, militares, econômicos e de soberania, tem-se evoluído até a configuração de áreas de transição ou interface entre as mesmas.

A área de estudo deste capítulo refere-se à faixa de fronteira de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul e a Bolívia, tendo como eixo de referência a linha limítrofe entre os dois países, e ressalta-se que o estado de Mato Grosso do Sul faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai. O limite internacional não é apenas um marco jurídico estatal que delimita o espaço territorial de um dado país. Extrapolando esta função, a linha de limite internacional separa as estruturas organizacionais que regem a vida e os processos produtivos de sociedades vizinhas, conduzindo-as a caminhos e condições de vida que podem ser muito diferentes entre si.

A área fronteira que envolve Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com a Bolívia é marcada por uma expressiva diversidade de paisagens e de territorialidades, resultantes dos diferentes processos de ocupação e da busca de sustentação de suas comunidades. Eles geraram, ao longo do tempo, estruturas produtivas com características específicas, permeadas, de um lado, pela herança sociocultural e, de outro, pela lógica do desenvolvimento capitalista que de forma seletiva e desigual tem ocupado este espaço.

A diversidade na área fronteira é expressa, em parte, pelos adensamentos políticos constituídos ao longo do processo de sua formação, consolidado pelo atual número de municípios, que totalizam 28 em Mato Grosso e 44 em Mato Grosso do Sul, incluindo sua fronteira com o Paraguai, conforme consta nos quadros 1 e 2 e nos mapas 5 e 6.

QUADRO 1

Mato Grosso: municípios integrantes da faixa de fronteira brasileira com a Bolívia (2010)

Número	Municípios	Número	Municípios	Número	Municípios
1	Araputanga	11	Indiavaí	21	Reserva Cabaçal
2	Barão de Melgaço	12	Jauru	22	Rio Branco
3	Barra do Bugres	13	Lambari d'Oeste	23	Salto do Céu
4	Cáceres ¹	14	Mirassol d'Oeste	24	São José dos Quatro Marcos
5	Campos de Júlio	15	Nossa Senhora do Livramento	25	Sapezal
6	Comodoro ¹	16	Nova Lacerda	26	Tangará da Serra
7	Conquista d'Oeste	17	Poconé	27	Vale São Domingos
8	Curvelândia	18	Pontes e Lacerda ¹	28	Vila Bela da Santíssima Trindade ¹
9	Figueirópolis d'Oeste	19	Porto Esperidião		
10	Glória d'Oeste	20	Porto Estrela		

Fonte: Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF)/Ministério da Interação Nacional (MIN). Disponível em: <<http://cdif.blogspot.com.br>>.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Municípios lindeiros.

QUADRO 2

Mato Grosso do Sul: municípios integrantes da faixa de fronteira brasileira com a Bolívia (2010)

Número	Municípios	Número	Municípios	Número	Municípios
1	Amambai	16	Dourados	31	Miranda
2	Anastácio	17	Eldorado	32	Mundo Novo ²
3	Antônio João ¹	18	Fátima do Sul	33	Naviraí
4	Aquidauana	19	Glória de Dourados	34	Nioaque
5	Aral Moreira ¹	20	Guia Lopes da Laguna	35	Novo Horizonte do Sul
6	Bela Vista ²	21	Iguatemi	36	Paranhos ²
7	Bodoquena	22	Itaporã	37	Ponta Porã ²
8	Bonito	23	Itaquiraí	38	Porto Murtinho ¹
9	Caarapó	24	Japorã ¹	39	Rio Brillhante
10	Caracol ¹	25	Jardim	40	Sete Quedas ¹
11	Coronel Sapucaia ¹	26	Jateí	41	Sidrolândia
12	Corumbá ²	27	Juti	42	Tacuru
13	Deodápolis	28	Ladário	43	Taquarussu
14	Dois Irmãos do Buriti	29	Laguna Carapã	44	Vicentina
15	Douradina	30	Maracaju		

Fonte: CDIF/MIN. Disponível em: <<http://cdif.blogspot.com.br>>.

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Municípios lindeiros.

² Municípios lindeiros com cidades gêmeas.

No território mato-grossense, na condição de municípios lindeiros, ou seja, dispostos especificamente ao longo da linha limítrofe, encontram-se quatro unidades das 28 consideradas fronteiriças: Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro.

Mato Grosso do Sul conta com 44 municípios fronteiriços, dos quais três estão na faixa de fronteira com a Bolívia: Corumbá, Aquidauana e Miranda. Os demais, no total de 41, estão na faixa com o Paraguai. Entre estes 44 municípios da faixa de fronteira, doze têm seus territórios dispostos ao longo da linha limítrofe internacional: Corumbá, Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Japorã e Mundo Novo.

Entre os municípios lindeiros de Mato Grosso do Sul, apenas Corumbá faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, sendo, portanto, um município de tríplice fronteira. Outra particularidade diz respeito à ocorrência das cidades gêmeas: Corumbá, Bela Vista, Ponta Porã, Paranhos e Mundo Novo. Destas, apenas Corumbá tem a condição de cidade gêmea com uma cidade boliviana, pois as demais estão relacionadas somente a cidades paraguaias.

MAPA 5

Mato Grosso: municípios da faixa de fronteira (2014)

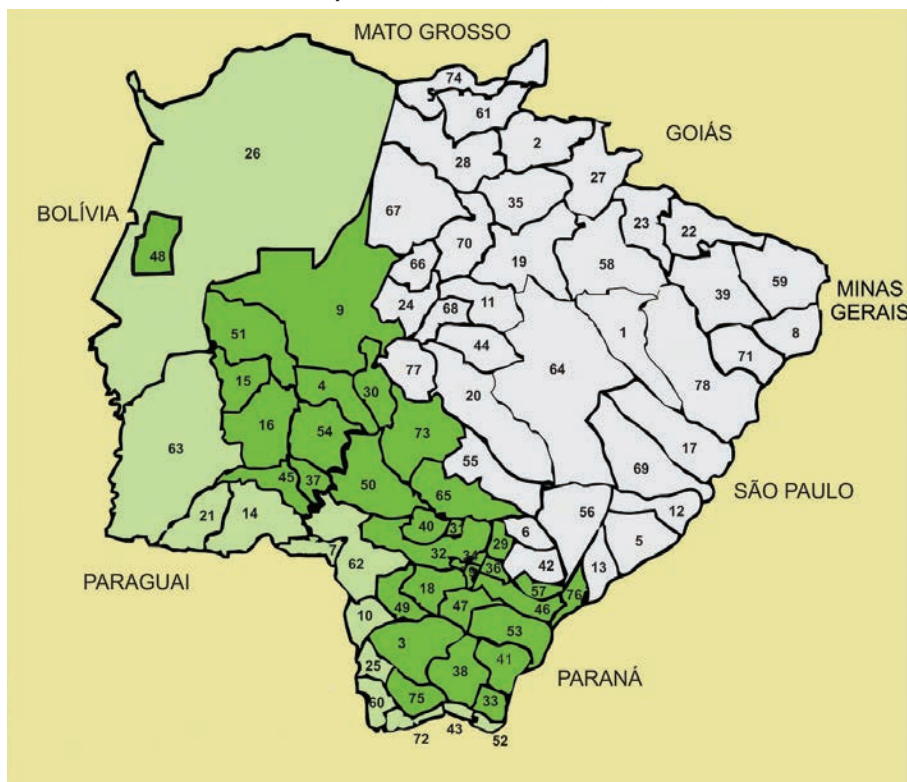


Fonte: Anuário Estatístico 2014/Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan).

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

MAPA 6

Mato Grosso do Sul: municípios da faixa de fronteira (2010)



Municípios da faixa de fronteira
 Municípios lindeiros
 Outras situações

- | | | | |
|--------------------------|----------------------------|----------------------------|-------------------------------|
| 1 - Água Clara | 21 - Caracol | 41 - Itaquiraí | 61 - Pedro Gomes |
| 2 - Alcinoópolis | 22 - Cassilândia | 42 - Ivinhema | 62 - Ponta Porã |
| 3 - Amambai | 23 - Chapadão do Sul | 43 - Japorã | 63 - Porto Murtinho |
| 4 - Anastácio | 24 - Corguinho | 44 - Jaraguari | 64 - Ribas do Rio pardo |
| 5 - Anaurilândia | 25 - coronal Sapucaia | 45 - Jardim | 65 - Rio Brillhante |
| 6 - Angélica | 26 - Corumbá | 46 - Jateí | 66 - Rio Negro |
| 7 - Antônio João | 27 - Costa Rica | 47 - Juti | 67 - Rio Verde de Mato Grosso |
| 8 - Aparecida do Taboado | 28 - Coxim | 48 - Ladário | 68 - Rochedo |
| 9 - Aquidauna | 29 - Deodápolis | 49 - Laguna Carapã | 69 - Santa Rita do Pardo |
| 10 - Aral Moreira | 30 - Dois Irmãos do Buriti | 50 - Maracaju | 70 - São Gabriel do Oeste |
| 11 - Bandeirantes | 31 - Douradina | 51 - Miranda | 71 - Selvíria |
| 12 - Bataguassu | 32 - Dourados | 52 - Mundo Novo | 72 - Sete Quedas |
| 13 - Batayporã | 33 - Eldorado | 53 - Naviraí | 73 - Sidrolândia |
| 14 - Bela Vista | 34 - Fátima do Sul | 54 - Nioaque | 74 - Sonora |
| 15 - Bodoquena | 35 - Figueirão | 55 - Nova Alvorada do Sul | 75 - Tacuru |
| 16 - Bonito | 36 - Glória de Dourados | 56 - Nova Andradina | 76 - Taquarussu |
| 17 - Brasilândia | 37 - Guia Lopes da Laguna | 57 - Novo Horizonte do Sul | 77 - Terenos |
| 18 - Caarapó | 38 - Iguatemi | 58 - Paraíso das Águas | 78 - Três Lagoas |
| 19 - Camapuã | 39 - Inocência | 59 - Paranaíba | 79 - Vicentina |
| 20 - Campo Grande | 40 - Itaporã | 60 - Paranhos | |

Fonte: CDF/MIN.

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Destaca-se também, no bojo da dinâmica do processo de territorialização e reterritorialização, a criação, em 1943, do território federal de Ponta Porã, que foi

reintegrado a Mato Grosso em 1946. Da mesma forma, houve a criação em 1946 do território federal do Guaporé, que, em 1956, passa a denominar-se território federal de Rondônia, e, em 1981, à condição de estado federativo – estado de Rondônia –, com instalação em 1982. Por fim, extrapolando o contexto da fronteira, em 1977, houve a divisão do estado de Mato Grosso e a consequente criação do estado de Mato Grosso do Sul, instalado em 1º de janeiro de 1979.

5 ATUAL ESTRUTURA AGRÁRIA PRODUTIVA DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS DE MATO GROSSO E DE MATO GROSSO DO SUL COM A BOLÍVIA

Os municípios lindeiros de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul com a Bolívia são representados por Comodoro, Vila Bela da Santíssima Trindade, Porto Esperidião, Cáceres e Corumbá. Destes, apenas Corumbá se encontra em território sul-mato-grossense e faz fronteira com a Bolívia ao norte e ao oeste e com o Paraguai ao sul.

Com exceção dos municípios de Comodoro e de Porto Esperidião, ambos criados em 1986, desmembrados do vastíssimo território de Vila Bela da Santíssima Trindade, os demais estão intrinsecamente relacionados ao processo descrito anteriormente de ampliação e de defesa das fronteiras coloniais. Os territórios destes atuais municípios formavam juntos, de forma contígua, uma faixa ao longo da linha fronteiriça, o que levou a Coroa portuguesa a investir firmemente em políticas de ocupação, assegurando o domínio da terra e o reconhecimento de dominialidade por parte do reino espanhol.

Os desmembramentos a que estes municípios foram submetidos – formando novas unidades políticas administrativas – juntamente ao interesse de grupos econômicos – que passaram a agir mais intensamente em algumas áreas mais específicas – vêm mudando gradativamente o antigo padrão ocupacional quase uniforme, dado pelas fazendas de criação extensiva de gado oriundas de sesmarias, dando lugar a cenários mais diversificados.

Os municípios lindeiros de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul com a Bolívia apresentam algumas características comuns, destacando-se a predominância de grandes propriedades, o desenvolvimento da atividade pecuária, a implantação de projetos de assentamentos, a presença de trabalhadores bolivianos no meio rural e a ocorrência de trabalho escravo em algumas fazendas.

A grande propriedade é uma expressiva marca dos municípios lindeiros analisados. Pelas informações levantadas nos órgãos visitados, especialmente nos escritórios locais do Incra, da Empaer/MT e da Empaer/MS e nas secretarias municipais de agricultura, as grandes propriedades nos municípios lindeiros envolvem entre 70% e 75% da área total dos imóveis cadastrados no município.

Em relação a estas grandes propriedades, quase todas pecuaristas, verificou-se que as formas e intensidades de ocupação variam bastante dentro do mesmo município. Nas áreas sujeitas a inundações anuais do Pantanal, é grande o número de fazendas que continuam adotando o sistema extensivo de criação. O mesmo ocorre com as fazendas do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, dispostas nas terras baixas adjacentes ao rio Guaporé.

Nas áreas não inundáveis, ao lado de algumas fazendas de caráter extensivo e semi-intensivo, são encontradas unidades pecuaristas que produzem em bases modernas, bem estruturadas, inclusive com muitos confinamentos. Por sua vez, há em todos os municípios lindeiros muitas propriedades de grande extensão que não são produtivas e seus proprietários as mantêm somente como reserva de valor.

As pequenas unidades rurais, com área média inferior a 100 ha, têm crescido nos últimos anos em todos os municípios lindeiros. Este crescimento, que vem ocorrendo desde a década de 1990, decorre de políticas do governo federal que têm promovido a implantação de vários projetos de assentamentos na faixa de fronteira. Além disso, segundo informações obtidas nas instituições visitadas, o número de estabelecimentos rurais advindos de processos de posses e de invasões também cresceu, sobretudo nas áreas próximas aos núcleos urbanos.

Ao longo dos municípios lindeiros, a situação dos projetos de assentamentos é bastante diferenciada. Há assentamentos que contam com rodovias nas proximidades do projeto, o que facilita o acesso a mercados para a venda de sua produção; outros, que estão longe de mercados, contam com vias de acesso muito precárias. Muitos não dispõem de maquinários ou equipamentos que lhes permitam trabalhar melhor a terra e obter maior produtividade. Constatou-se, ainda, que alguns projetos de assentamento foram implantados em áreas secas, o que tem dificultado e até impossibilitado o sucesso destes empreendimentos.

Em todos os municípios lindeiros analisados, constatou-se a presença de imigrantes bolivianos. Grande parte destes migrantes encontra-se nas cidades-sede destes municípios, com maior expressão em Corumbá e Cáceres. O menor número de bolivianos é encontrado na cidade de Comodoro.

Os imigrantes bolivianos que vivem nas cidades se dedicam, majoritariamente, às atividades comerciais. Via de regra, diante da dificuldade em conseguir empregos, eles iniciam pequenos negócios de venda, nos quais envolvem toda a família. Alguns começam a vender alimentos, montando pontos de venda em feiras, ou em locais específicos em que haja possibilidades de conseguir clientes.

Alguns imigrantes, por sua vez, montam quiosques ou barracas para vender pequenos produtos importados, especialmente da China. Neste caso, os produtos vendidos são adquiridos no território boliviano, em cidades próximas do Brasil.

Em geral, estas barracas são montadas em feiras ou em áreas específicas que reúnem outros vendedores na mesma situação. Ainda no âmbito das cidades, observou-se a participação de bolivianos na construção civil, contratados em lojas diversas e em serviços domésticos.

Extrapolando o âmbito das cidades citadas, constata-se, também, a presença de imigrantes bolivianos no meio rural. Entre estes imigrantes, quase todos provenientes da própria faixa de fronteira boliviana, são encontrados, prioritariamente, homens que se dedicam ao trabalho como “peões de gado” nas fazendas destes municípios. Foi observada também a presença de mulheres que comumente assumem o trabalho de cozinheiras nas sedes de fazendas ou em galpões montados para abrigar os trabalhadores rurais que são contratados, em geral, para trabalhos sazonais.

É costumeiro famílias bolivianas inteiras migrarem para a zona rural dos municípios lindeiros, e, devido a isso, algumas famílias chegam a fixar residência nas fazendas onde conseguem trabalho. Frequentemente, ocupam casas muito simples, às vezes, barracos, praticamente sem mobiliário. Neste caso, quase sempre há o envolvimento de toda família no mesmo trabalho.

Apesar da convivência aparentemente pacífica, há relatos de algumas manifestações de preconceito com relação aos bolivianos migrantes, a maioria descendente de índios, em especial da etnia chiquitano. Consequentemente, é comum alguns brasileiros referirem-se aos migrantes de forma pejorativa como bugres ou bugrada.

Muitos migrantes que vêm para os municípios lindeiros não fixam residência no Brasil. Há um grupo que busca trabalhos sazonais na modalidade de diaristas ou em empreitadas e que retorna em seguida para sua terra, com a perspectiva de voltar ao Brasil no ano seguinte para, novamente, tentar a sorte do emprego que lhes permita viver com um pouco mais de dignidade.

O fenômeno da migração boliviana para esta área da fronteira não é recente, tendo sido registrado em vários momentos da história, destacando-se o ocorrido por ocasião da Guerra do Chaco (1932-1936), quando dezenas de convocados para a luta – índios e descendentes de índios chiquitano – buscaram refúgio na faixa de fronteira brasileira, onde seus descendentes e mesmo alguns índios mais velhos permanecem até os dias atuais.

Há registros de que alguns migrantes bolivianos, tanto nas cidades como no meio rural, sobretudo nas fazendas, têm sido submetidos a situações degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, salários irrisórios, restrição de locomoção em função de dívidas, ou seja, condições análogas à de escravo e crime previsto nos termos do art. 149 do Código Penal brasileiro. Ressalta-se que estas condições de trabalho não se restringem aos migrantes bolivianos, pois muitos trabalhadores

brasileiros, especialmente no meio rural dos municípios lindeiros e da faixa de fronteira em geral, têm sido encontrados pelas autoridades competentes trabalhando nestas circunstâncias.

5.1 Especificidades agrárias produtivas por município

5.1.1 Comodoro

Com área totalmente disposta na Bacia Amazônica, o município de Comodoro está localizado na parte mais setentrional da faixa de fronteira mato-grossense com a Bolívia. Na condição de território da Amazônia, o município apresenta características fisiográficas que o diferenciam dos demais municípios lindeiros com a Bolívia, embora guarde relações com as feições observadas no norte de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Criado em 1986, desmembrado de Vila Bela da Santíssima Trindade, Comodoro apresenta área total de 21.589,29 km² (IBGE, 2015), sendo um dos cinco municípios mais extensos do estado. Ainda de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município em 2010 era de 18.178 habitantes, dos quais 5.596, correspondendo a 30,78% do total, viviam no meio rural. Por sua vez, 12.582 habitantes, correspondendo a 69,32% da população municipal, viviam na cidade.

Em Comodoro, o padrão de ocupação é bastante diversificado e envolve diferentes níveis de emprego tecnológico, variando da pecuária extensiva à agricultura voltada para o mercado externo, produzida com aparatos tecnológicos e sistemas de manejo modernos. Este município vem se incorporando, nos últimos anos, ao rol dos que produzem para exportação, o que é observado pelo aumento das áreas plantadas com soja e crescimento dos bovinos.

Com relação à soja, em 2014, a área plantada no município foi de 62.200 ha, considerada pequena em relação aos grandes municípios produtores, mas expressiva quando comparada à área plantada em 2010 (40.760 ha), o que implica aumento da área plantada em torno de 52,5%. Registra-se, também, o tamanho do rebanho bovino de corte, que em 2014 somou 330.763 cabeças de gado (IBGE, 2014). No município, há também a exploração madeireira.

De acordo com informações obtidas junto ao Indea/Comodoro, a pecuária de gado de corte se encontra organizada em diferentes níveis tecnológicos. Há muitas fazendas de criação extensiva no município, mas o número de confinamentos e de fazendas que adotam tecnologias modernas para a criação de gado vem aumentando consideravelmente.

No que refere à pequena produção de Comodoro, de acordo com dados levantados da Empaer/MT, da Secretaria de Agricultura do município e do Inbra,

em 2013, o município contava com cerca de 1.400 pequenas propriedades, que dispunham de áreas médias inferiores a 60 ha, e a maioria delas fazia parte dos oito projetos de assentamentos implantados pelo Incra. Segundo informações da Empaer/MT, os pequenos produtores do município se dedicam à produção de subsistência, hortaliças, frutas, criação de pequenos animais e produção de leite. Ainda segundo a Empaer/MT, entre as maiores dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores está o acesso ao mercado consumidor, particularmente à cidade de Comodoro, não só por conta da distância que separa os assentamentos da cidade, mas sobretudo pelas condições das estradas e falta de transportes regulares.

Outro problema apontado refere-se à descapitalização dos assentados, tanto de forma individual como em grupo, o que não lhes permite acesso a maquinário, inclusive por aluguel. Assim, quase toda a produção obtida nas pequenas propriedades é feita com a utilização de implementos tradicionais que não favorecem o aumento da produtividade.

Em relação aos assentamentos rurais, de acordo com a DataLuta (UFMT, 2012), compatibilizando com informações obtidas no Incra em 2013, o município contava com oito projetos de assentamentos, implantados pelo Incra, totalizando 66.754 ha e 1.260 famílias assentadas. O tamanho médio do lote por família correspondia a 52,9 ha.

O município de Comodoro, com área total de 21.589,29 km², tem grande parte de seu território ocupado com terras indígenas, as quais totalizam 13.480 km². No município, encontram-se as terras indígenas Nhambiquara, Enawené-Nawê e Vale do Guaporé, que juntas, conforme afirma o IBGE (2015), englobam 61% da área municipal.

5.1.2 Vila Bela da Santíssima Trindade

Com área total de 13.420,626 km² (IBGE, 2015), o território norte e central do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, que é cortado pelo rio Guaporé, pertence à Bacia Amazônica. A área sul faz parte da bacia do rio Paraguai e trata-se de um município cujo núcleo urbano foi a primeira capital da capitania de Mato Grosso, de onde foi coordenada a política de defesa do território colonial, em sua fronteira oeste, em pleno século XVIII.

Distante de Cuiabá 540 km, o município, de acordo com o IBGE (2010), contava em 2010 com população total de 14.493 habitantes, dos quais 5.166, 35,64% da população total, viviam no núcleo urbano e 9.327, correspondendo a 64,35%, no meio rural. Com estes dados, Vila Bela da Santíssima Trindade e Porto Esperidião são os únicos municípios da fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com a Bolívia que apresentam população rural maior que a população urbana.

Praticamente, de 1835 – quando Vila Bela da Santíssima Trindade deixou de ser capital de Mato Grosso – até a década de 1970 – quando o estado iniciou uma nova e próspera etapa econômica em sua trajetória –, este município viveu um período de quase isolamento e com pouca expressão no setor econômico. As grandes propriedades implantadas no início do processo ocupacional da área permaneciam com suas extensões quase inalteradas.

Somente nas últimas décadas foram observadas mudanças, ainda incipientes, na dinâmica econômica do município, com a inserção de muitas fazendas pecuaristas no sistema mais intensivo de produção, voltado para a cria e recria de bovinos. Em 2014, foram contabilizadas 943.217 cabeças de gado, (IBGE, 2015). A agricultura em grande escala começa a ser implantada, mas ainda sem impactos significativos para a economia municipal.

Ainda em relação à grande propriedade, segundo as entrevistas realizadas junto ao escritório do Incra e à Secretaria Municipal de Agricultura, há possibilidade de existirem excessos de áreas no interior dos limites em muitas propriedades, que só podem ser confirmados diante de novas medições das terras e instalação de processos discriminatórios pelo Incra. A identificação destes possíveis excessos conformaria a condição de terras devolutas, que seriam de forma imediata incorporadas ao patrimônio da União, ampliando as condições de atendimento de projetos de assentamentos de pequenos produtores sem terras.

A pequena propriedade, característica da agricultura familiar, ocorre em algumas áreas do município: em torno da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade e junto a cerca de cinquenta comunidades rurais espalhadas no município. Em geral, trata-se de posses individuais ou comunitárias, exploradas para subsistência, com a utilização de implementos simples com pouca e, às vezes, nenhuma orientação técnica.

Segundo informações da Empaer/MT, são inúmeras as dificuldades enfrentadas por estas comunidades no que tange à ocupação produtiva da terra e à venda de sua produção. Parte do problema está relacionado à falta de documentação da terra, que inviabiliza a busca de financiamento e participação em alguns programas oficiais do governo de apoio à pequena produção.

Além disto, há o problema de acesso da comunidade aos centros consumidores, especialmente à cidade de Vila Bela que, por sua vez, não é um mercado tão expressivo. Desta forma, a produção destas comunidades teria que atingir cidades vizinhas ou ser submetida a algum tipo de processamento que lhe agregasse valor, ou ainda que pudesse ser armazenada em condições propícias para evitar perdas e desperdícios. Sem recursos próprios e sem acesso a programas de apoio financeiro do governo, as pequenas propriedades não contam com maquinários,

implementos e insumos que contribuiriam para o aumento da produtividade, propiciando maiores ganhos financeiros para o pequeno produtor.

Conforme as estatísticas publicadas no DataLuta (UFMT, 2012) e informações obtidas com a Secretaria de Agricultura do município e o escritório local do Incra, até 2012, o município contava com dez projetos de assentamentos implantados pelo Incra, que somavam 70.079,8 ha, envolvendo 1.205 famílias, o que corresponde ao tamanho médio dos lotes de 58,01 ha.

Ainda segundo informações obtidas no escritório municipal da Empaer/MT, os assentamentos enfrentam os mesmos problemas dos pequenos produtores não assentados, inclusive em relação à documentação da terra, pois um número grande de assentados, possivelmente em torno de quinhentos, ainda não tem seus lotes devidamente titulados.

5.1.3 Porto Esperidião

O município de Porto Esperidião foi criado em 1986, desmembrado de Vila Bela da Santíssima Trindade. A área do município, que soma 5.809,8 km², encontra-se, em sua quase totalidade, na bacia do rio Paraguai, ocupando terras não sujeitas às enchentes anuais do Pantanal. A sede municipal dista, aproximadamente, 350 km de Cuiabá.

A população total recenseada em 2010 era de 11.031 habitantes, dos quais 4.203, envolvendo 38,10% do total, viviam no meio urbano e 6.828 habitantes, correspondendo a 61,89%, viviam no meio rural. A exemplo de Vila Bela, trata-se de um município em que parte da população conseguiu acesso à terra para retirar seu sustento. No entanto, a maior expressividade da população no meio rural atesta as dificuldades do meio urbano na diversificação de suas atividades e na oferta de serviços.

A economia do município está apoiada na pecuária de corte, desenvolvida em diferentes estágios tecnológicos. Assim, convivem com fazendas de gado bem estruturadas que produzem no sistema intensivo, fazendas que adotam o regime semi-intensivo e algumas que adotam o sistema de cria extensivo. Segundo informações obtidas na Secretaria de Agricultura do município, parte expressiva das unidades pecuaristas do município adotam o sistema semi-intensivo.

No total, de acordo com o IBGE, o município contava, em 2014, com 504.404 cabeças de gado. A produção de leite no município, embora pequena quando comparada a áreas de grande produção, é significativa para a economia municipal. Porto Esperidião possuía, em 2014, com 12.579 vacas leiteiras e produzia, em média, 17.900 litros de leite diários (IBGE, 2015).

A agricultura produzida no município é em grande parte de subsistência, cultivada, geralmente, em pequenas propriedades, no âmbito da agricultura familiar. Poucas são as unidades de grande extensão que têm se voltado para o desenvolvimento da agricultura de cunho mais comercial. Assim, entre os cultivares, destacam-se a mandioca, o arroz, o milho e o algodão, o qual só recentemente passou a ser plantado em áreas mais extensas.

A grande propriedade, em parte herdada do modelo inicial de ocupação estruturado no século XVIII, ainda persiste e predomina na estrutura fundiária municipal. Contudo, o número de pequenos estabelecimentos rurais cresceu significativamente nos últimos anos, impulsionado pela implantação de projetos de assentamentos, pela aquisição de lotes nos arredores da cidade e da instalação de pequenas posses no território do município.

Em relação aos assentamentos, o município de Porto Esperidião contou com dezesseis projetos coordenados pelo Incra, que possibilitaram a mais de 2.400 famílias o acesso à terra, garantindo-lhes a produção para o próprio sustento e a comercialização do excedente. Alguns assentamentos, especialmente os implantados próximos à linha da fronteira, na divisa com Cáceres, se dedicaram à pecuária de leite.

Os assentamentos referidos podem ser acessados pelas rodovias estaduais MT-265 e MT-388, que se conectam, respectivamente, com a BR-174 e BR-070, e por meio delas os assentados têm condições de escoar sua produção. Assim, as pequenas propriedades produtoras de leite contam com serviços diários de cooperativas e laticínios do próprio município e de municípios do entorno, que buscam o leite *in natura* para processamento. Em algumas propriedades, foi constatado o uso de equipamentos de refrigeração do produto.

Nesta área, bem próxima à linha de fronteira, confirmando informações prévias obtidas no escritório local da Empaer/MT, constataram-se algumas iniciativas de processamento de produtos locais, inclusive do leite. Nestas propriedades, há a fabricação artesanal de queijos, doce de leite, geleias, doces e licores, com frutas produzidas na propriedade ou nativas, coletadas nos arredores. Destaca-se o trabalho predominantemente feminino nestas atividades.

5.1.4 Cáceres

O município de Cáceres, com área total de 24.577,149 km² (IBGE, 2015), contava, em 2010, com população total de 87.942 habitantes e população urbana de 76.568 habitantes (IBGE, 2010), o que corresponde a uma densidade demográfica de 3,57 hab/km². Além da cidade de Cáceres, o município conta com quatro pequenos núcleos urbanos, que são sedes dos seguintes distritos: Caramujo, Vila Aparecida, Horizonte d'Oeste e Nova Cáceres.

A estrutura fundiária de Cáceres é marcada pelo padrão latifundiário desde os primórdios de sua ocupação, em que a principal referência foi a concessão de imensas sesmarias iniciadas no século XVIII. Transcorridos mais de dois séculos do início da ocupação desta área, a maioria das terras do município ainda integra as grandes propriedades atuais.

Assim, mesmo com as divisões impostas às propriedades primitivas, em decorrência dos processos de herança, o caráter latifundiário não se perdeu, tendo sido registrado, em muitos casos, o reagrupamento de propriedades. Entretanto, a pequena propriedade, embora venha crescendo nas últimas décadas, é ainda restrita, quase sempre relacionada a projetos de assentamentos recentes e posses concretizadas nos arredores da cidade de Cáceres e de seus distritos.

A predominância da grande propriedade não é uma característica exclusiva do município de Cáceres. Está presente em todo Mato Grosso, de forma especial, nos municípios pantaneiros e no entorno, por onde foi iniciada a ocupação do estado e adotada as concessões de sesmarias, o que incidiu por toda a área fronteira. Neste sentido, a Prefeitura Municipal de Cáceres afirmou em relação à estrutura fundiária do município que:

a estrutura fundiária de Cáceres não difere muito da estadual. As grandes propriedades ocupam mais de 70% do total da área dos imóveis cadastrados pelo Inbra em Cáceres, e em Mato Grosso são 73,6%. O tamanho médio da grande propriedade em Cáceres é de 4.973 ha, maior do que em Mato Grosso, que é de 4.472 ha. Na categoria minifúndios, os mesmos ocupam 2,3% da área total de imóveis em Cáceres e em Mato Grosso apenas 2,0%. Os minifúndios em Cáceres têm um tamanho médio de 35,2 ha, e em Mato Grosso de 38 ha. (Cáceres, 2010, p. 38).

Parte considerável das pequenas propriedades encontradas em Cáceres, especialmente as mais distantes da sede municipal, é oriunda de projetos de colonização implantados pelo Inbra. Conforme informações obtidas em visita à sede regional deste órgão em Cáceres, em 2013, os projetos de assentamentos na área municipal foram iniciados em 1995, quando foi implantado o Projeto São Luiz, que assentou 27 famílias. Nos anos seguintes, de forma lenta, novos assentamentos foram implantados, totalizando vinte projetos em 2012, conforme apresentado na tabela 1.

Constata-se nesta tabela que, nos últimos vinte anos, o atual território do município de Cáceres recebeu dezenove projetos governamentais de assentamentos coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), especificamente pelo Inbra. Estes projetos tiveram início e se concentraram na década de 1990, período em que foram implantados onze dos projetos do período analisados.

TABELA 1
Projetos de assentamentos implantados no município fronteiriço de Cáceres (1995-2013)

Número	Projeto de assentamento	Ano de implantação	Área (ha)	Número de famílias	Média (ha/família)
1	São Luiz	1995	4.033	29	139,06
2	Sadia Vale Verde	1996	12.191	449	27,15
3	Laranjeira I	1997	10.944	123	88,97
4	Laranjeira II	1997	1.210	34	35,58
5	Paíol	1997	16.067	449	35,78
6	Jatobá	1997	906	27	33,55
7	Nova Esperança	1997	1.695	51	33,23
8	Rancho da Saudade	1997	2.407	47	44,82
9	Ipê Roxo	1998	1.247	30	41,56
10	Barranqueira	1999	2.326	79	29,44
11	Sapicuí	1999	1.249	40	31,22
12	Limoeiro	2000	8.649	172	50,28
13	Corixo	2001	2.413	72	33,51
14	Bom Sucesso	2002	433	14	30,92
15	Flechas	2002	309	7	44,14
16	Katira	2003	1.886	47	40,12
17	Flor da Mata	2004	1.187	20	59,35
18	Arraial Santana	2005	15.720	300	52,40
19	Facção Bom Jardim	2006	4.782	170	28,12

Fonte: Brasil (2010).

O tamanho médio dos lotes nos assentamentos varia muito, dependendo das condições físicas do local de implantação do projeto, potencialidades do solo, de produção e distância do mercado consumidor, em que a principal referência é a cidade de Cáceres. Assim, os assentados receberam lotes que variam de 27,15 ha, no assentamento Sadia Vale Verde, a 139,06 ha, no assentamento São Luiz. O tamanho da área total dos projetos também é bastante variável. Assim, observa-se, na tabela 1, que o projeto de assentamento Flechas foi implantado com área de 309 ha, enquanto o Projeto Paíol envolveu 16.067 ha. Ao todo, os dezenove assentamentos permitiram atender 2.160 famílias, cedendo-lhes um lote, de onde poderiam obter o próprio sustento.

Entre os dezenove assentamentos do município, oito se encontram nas proximidades da linha de fronteira: Jatobá, Nova Esperança, Rancho da Saudade, Barranqueira, Sapicuí, Corixo, Bom Sucesso e Katira. Sobre estes assentamentos, há muitas controvérsias e discordâncias quanto à adequação da escolha da área em que foram implantados.

Os referidos assentamentos estão implantados em uma área seca, que não conta com mananciais próximos e apresenta lençol freático muito profundo. Com

estas características locais, os assentados não dispõem, muitas vezes, de água para beber, cozinhar e fazer a higiene pessoal. Desta forma, as atividades agropecuárias, possíveis de serem desenvolvidas em um assentamento, são impossibilitadas ou extremamente prejudicadas por falta de água.

A área onde foram implantados estes assentamentos, denominada Corixa, situa-se junto à linha de divisa internacional, a 25 km distante do rio Jauru, o único rio mais próximo que teria condições de abastecer as comunidades destes projetos. Na localidade, há pequenos corixos – córregos que se formam no período de chuvas –, considerados impróprios e sem capacidade de atender os assentamentos.

Segundo relato dos assentados destes projetos, no período mais crítico, que corresponde, aproximadamente, a seis meses sem chuvas, eles recebem água de caminhão-pipa, que só os atende para as atividades caseiras, não sendo possível plantar nem hortaliças para a própria alimentação. Diante desta situação, os poucos assentados que haviam conseguido algumas cabeças de gado para produção de leite tiveram que desistir, pois não tinham como assegurar alimentação e água para os animais.

Diante da situação, muitos assentados desistiram dos lotes e outros mantêm uma casa no local, mas buscam trabalho em fazendas próximas como alternativa de sobrevivência. Segundo o relato de alguns deles, a terra recebida no projeto não conseguiu modificar suas vidas, pois continuam sem poder produzir o próprio alimento e muito menos algo para vender. Sem uma fonte de recurso garantida, ainda trabalham sazonalmente como peões de fazenda para obter algum sustento.

Nas entrevistas com técnicos do Incra e da Empaer/MT, houve o relato de que eles estão atuando firmemente para a superação definitiva do problema por meio de projetos de captação de água. Entre eles, o projeto Barraguinhas no Alto Pantanal, que se encontra em fase experimental, com resultados promissores.

Outro problema, relacionado à localização destes projetos nas vizinhanças do limite internacional, é apontado pelos órgãos de controle e segurança da fronteira. Afirmam que, diante das dificuldades dos assentamentos locais de cumprir suas funções produtivas, em decorrência dos problemas de aridez, muitos lotes foram abandonados, e alguns, ocupados clandestinamente, o que propiciou que pessoas lá se fixaram para atuar no crime, agindo como receptores e facilitadores da passagem de armas e drogas da Bolívia para o Brasil e, no caminho inverso, atuando na passagem carros e motos roubadas no Brasil.

5.1.5 Corumbá

Corumbá é um município sul-mato-grossense, localizado no norte da faixa de fronteira do estado, que tem a particularidade de ser fronteiriço de dois países:

Bolívia e Paraguai, assumindo a condição de município de tríplice fronteira. Esta característica é especificada por Gonçalves e Isquierdo (2011, p. 3), que afirmam que:

o município de Corumbá tem 385,7 km de fronteira com a Bolívia e 152,2 km com o Paraguai, cuja extensão total perfaz 537,9 km, o que representa um pequeno segmento recortado da vasta fronteira continental brasileira com 16.886 km dos quais 3.423,2 km com a Bolívia e 1.365,4 km com o Paraguai.

Com área total de 64.962,854 km² (IBGE, 2015), o município tem seu território totalmente disposto na bacia do rio Paraguai, em pleno Pantanal. A sede do município encontra-se distante de Campo Grande, aproximadamente, 425 km por via rodoviária. O acesso à capital do estado é feito pela rodovia BR-262 e pela ferrovia Noroeste do Brasil.

Ressalta-se que em meio ao território do município de Corumbá, como um enclave, encontra-se o município de Ladário, cuja área municipal total é de 340,765km² (IBGE, 2015). Este município, em 2010, contava com população total de 19.617 habitantes, dos quais 18.587 pessoas viviam na cidade e 1.030, no meio rural.

De acordo com o IBGE (2010), Corumbá contava, em 2010, com população total de 103.703 habitantes, dos quais 93.452, correspondendo a 90,11% da população total do município, encontravam-se no meio urbano, enquanto 10.251 pessoas, 9,88% do total, moravam em áreas rurais. Ao longo da faixa de fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com a Bolívia, é o município com maior população e também é a maior cidade, que se destaca pela diversidade e pelo número de serviços urbanos que oferece.

Corumbá se destaca também por ser a única cidade, no âmbito da faixa de fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com a Bolívia, que apresenta a condição de cidade gêmea em relação à cidade boliviana de Puerto Soares. Outras cidades gêmeas com a Bolívia estão nos estados de Rondônia e do Acre.

Diferentemente dos demais municípios analisados da faixa de fronteira com a Bolívia, Corumbá tem como principal referência econômica a atividade industrial, especificamente a extração mineral. Neste setor, destaca-se no município a exploração de ferro e manganês pela empresa Vale e a exploração de cimento e calcário pelo Grupo Votorantim.

No campo fundiário, Corumbá guarda características similares às encontradas nos municípios de Mato Grosso, especialmente Cáceres. Assim, o padrão de grandes propriedades advindas do início da ocupação da área ainda é mantido. De acordo com informações da Secretaria de Agricultura, esse padrão envolve mais de 75% da área municipal.

As grandes propriedades são encontradas em todo o município, mas estão concentradas nas áreas mais baixas do Pantanal, que correspondem às terras do centro e do sul, mais próximas do rio Paraguai, nos pantanais do Nabileque, Nhecolândia e Paiaguás. Nestas grandes propriedades concentra-se a produção pecuária do município.

Em 2014, o município de Corumbá contava com um rebanho bovino de 1.761.574 cabeças de gado (IBGE, 2015), o maior entre todos os rebanhos dos municípios da faixa de fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com a Bolívia. A predominância absoluta da pecuária do município é o gado para corte, sendo o Pantanal considerado um ambiente propício para a engorda de animais. A pecuária de leite tem sido também desenvolvida, mas a produção é pequena. Em 2014, o IBGE (2015) indica a ocorrência de apenas 13.765 vacas ordenhadas.

As médias propriedades são encontradas nos terrenos mais altos, que não são inundáveis, ou o são apenas parcialmente. Nesta categoria, entram as propriedades ou estabelecimentos rurais com áreas entre 150 ha e 800 ha, em que comumente é praticada a agricultura de subsistência e a pecuária de leite.

As pequenas propriedades quase sempre estão próximas a cidades e povoações, as quais se constituem nos principais mercados para a venda de seus produtos. A maior parte está vinculada aos projetos de assentamentos implantados no município, os quais representam importantes formas de quebra do padrão latifundiário que prevalece em Corumbá.

Conforme informações levantadas no escritório local do Incra e na Empaer/MS, escritório de Corumbá, foram implantados no município oito projetos de assentamento coordenados pelo Incra, com área total aproximada de 32 mil ha. Estes projetos assentaram cerca de 1.150 famílias, com área média de 27,8 ha para cada família.

Parte destes assentamentos encontra-se bem próxima da cidade de Corumbá, o que conta positivamente para os pequenos produtores assentados, que podem melhor comercializar sua produção. Em geral, são encontradas nestas áreas o cultivo de frutas como goiaba, laranja, limão, manga, mamão, melancia e outros; cultivam-se também várias hortaliças como maxixe, quiabo, jiló e alface. Destaca-se a agricultura de subsistência com o cultivo de milho, feijão e mandioca.

Em entrevista realizada na Empaer/MT, com um assentado do projeto Mato Grande, que está localizado um pouco mais distante de Corumbá, foi informado que os produtores destas áreas têm muitas dificuldades para comercializar a produção, o que decorre das difíceis condições de acesso e transportes adequados. Também há dificuldades no que se refere às práticas de cultivo, em razão de não contarem com maquinários, instrumentos eficazes e insumos adequados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa permitiu conhecer as formas de estruturação do espaço agrário produtivo da área fronteiriça dos estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul com a Bolívia ao longo da trajetória de sua formação. Foram analisados dados e informações das principais políticas adotadas desde o período colonial que refletiram na ampliação do território da colônia portuguesa, seu povoamento, instalação de vilas e cidades e a formação do espaço agrário a partir da concessão de sesmarias e da introdução da agricultura de subsistência e da pecuária extensiva.

Neste processo, inúmeros adensamentos políticos surgiram, levando à formação de novas territorialidades, que têm como uma das formas de maior visibilidade a criação de inúmeros municípios na faixa fronteiriça do oeste brasileiro. São 28 municípios em Mato Grosso, dos quais quatro municípios são lindeiros. Na faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul, são 44 municípios, dos quais três estão na faixa com a Bolívia, sendo um lindeiro com cidade gêmea. Os demais, no total de 41, estão na faixa com o Paraguai. Destes, onze municípios são lindeiros e quatro têm cidades gêmeas.

Destaca-se também, no bojo da dinâmica do processo de territorialização e reterritorialização na faixa de fronteira do Brasil central, a criação do Território Federal de Ponta Porã em 1943, reintegrado a Mato Grosso em 1946. Da mesma forma, houve a criação, em 1946, do território federal do Guaporé, que em 1956 passou a denominar-se território federal de Rondônia, transformado em estado de Rondônia em 1981. Por fim, em 1977, houve a divisão do estado de Mato Grosso e a consequente criação do estado de Mato Grosso do Sul, instalado em 1º de janeiro de 1979.

Em relação ao setor agrário produtivo da atual faixa de fronteira de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, especificamente nos municípios lindeiros, constatou-se a prevalência de fortes traços da estrutura fundiária e ocupacional, implantada ainda no período do Brasil Colônia. Desta forma, embora submetidas a sucessivas divisões decorrentes de processos de herança, as imensas sesmarias que marcaram o acesso inicial à terra e que foram concedidas até 1822 deram lugar a grandes propriedades, chegando algumas a envolver milhares de hectares. Em municípios como Corumbá, Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade é comum a presença de propriedades com área total entre 5 mil e 10 mil hectares, e algumas ultrapassam demasiadamente estas dimensões.

A ocupação produtiva inicial das fazendas da faixa de fronteira ocorreu com base na agricultura de subsistência e pecuária extensiva, de forma a atender a pequena população das minas, vilas, cidades e fortes que foram implantados. Com o rápido crescimento do rebanho bovino, a carne começou a ser vendida para áreas distantes de Mato Grosso.

Especificamente em relação à pecuária, as planícies inundáveis do Pantanal, sobre as quais se estende grande parte da faixa de fronteira oeste do Brasil, muito contribuíram para que os municípios aí incidentes desenvolvessem grandes rebanhos bovinos e transformassem a faixa de fronteira do oeste brasileiro em uma das principais áreas produtoras de carne do país, especialmente no período compreendido entre a segunda metade do século XIX até a década de 1970.

Nos dias atuais, embora em todos os municípios fronteiriços encontrem-se propriedades produtivas que operam com sistemas eficazes e modernos, as grandes propriedades pouco produtivas e até sem nenhuma produção econômica ainda persistem, o que gera prejuízos para a economia municipal e interfere, negativamente, nos programas que objetivam atender trabalhadores rurais sem terra. Desta forma, a estrutura latifundiária contribui fortemente para a ocorrência de conflitos agrários, pondo de um lado aqueles que detêm a terra e pouco ou nada produzem e, do outro, trabalhadores que querem e precisam produzir para sobreviver, mas não têm acesso à terra.

Nos municípios lindeiros com a Bolívia, foram detectadas várias pequenas propriedades, muitas das quais estão inclusas em projetos de assentamentos. Entre estes projetos, alguns estão situados nas proximidades de cidades e de sedes de distritos, o que facilita ao assentado o acesso a estes pequenos núcleos para a venda de sua produção. No entanto, constatou-se que alguns pequenos núcleos dos municípios lindeiros, em razão do número reduzido de habitantes e da difícil situação financeira, não se constituem em mercado com capacidade para consumir o que é produzido nos assentamentos.

Diante destas situações, o assentado é obrigado a buscar outros mercados para a venda do excedente de sua produção, o que encarece seu produto e provoca a perda de competitividade. Além do mais, comumente, os assentamentos não contam com estradas adequadas que lhes permitam o acesso fácil e seguro aos consumidores. Registrou-se também a implantação de assentamentos em áreas que não têm disponibilidade de água, distantes de cidades e com limitações de transportes para o acesso a mercados, o que tem inviabilizado os projetos e frustrado os trabalhadores e suas famílias.

Há também um grande número de pequenos estabelecimentos rurais oriundos de posses e de aquisições, estas últimas com maior incidência nas proximidades de cidades e povoados. No caso dos estabelecimentos oriundos de posses, a situação das famílias é, em geral, muito precária, pois, por não terem a terra documentada, não conseguem participar de programas governamentais de apoio à pequena produção. Por sua vez, não têm condições financeiras e com quem contar para a regularização das terras que ocupam.

Em todo este contexto, observou-se no entorno das cidades-sede dos municípios lindeiros a ocorrência de bairros, às vezes populosos, desprovidos de serviços básicos como saneamento, água potável, arruamento, escolas, unidades de atendimento à saúde

e postos de segurança. Em geral, muitas famílias encontram-se em áreas invadidas ou de posse, vivendo em casas precárias ou mesmo em barracos. Estas situações que surgem no meio urbano, frequentemente, são respostas do modelo agrário produtivo estabelecido no campo, que se resume em concentração fundiária e dificuldades dos trabalhadores rurais sem terras de acesso a pequenos lotes onde possam cultivar e permanecer na terra.

Os levantamentos feitos e as análises realizadas permitem afirmar que há necessidade de uma política que intensifique a implantação de assentamentos rurais em locais apropriados, tanto do ponto de vista das características físicas ambientais locais, como em relação ao acesso facilitado e viável do pequeno produtor aos mercados do entorno, onde possam comercializar sua produção.

Entretanto, em todos os municípios lindeiros mostrou-se a necessidade da definição de políticas que estimulem a eficácia da produção nas grandes propriedades e que estas sejam penalizadas, entre outras medidas, com aumento de tributação os proprietários que mantêm a terra improdutiva, apenas como reserva de valor.

As grandes propriedades da fronteira precisam se adequar às novas lógicas de organização produtiva, em que sejam devidamente privilegiadas não somente a base produtiva, mas também toda a logística que envolve a comercialização da produção. Sobretudo, é necessário um ajuste em torno do papel social de cada grande unidade produtiva, objetivando, entre outros, o estabelecimento de relações justas, à luz da plena legalidade, com seus empregados. Em outras palavras, é necessário que haja condições que assegurem o trabalho digno.

Ao lado das medidas que facilitem ao trabalhador rural o acesso à terra, o respeito à legislação trabalhista nas grandes unidades produtivas rurais fronteiriças constitui-se, também, em medida de fundamental importância para reduzir os conflitos rurais e diminuir os bolsões de pobreza nos arredores das cidades, oriundos dos conflitos relativos ao não acesso à terra e às injustas, e até criminosas, relações de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J.; ANZAI, L. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso (1771-1791). São Paulo: Versal, 2014.
- BRASIEL, D. M. O. Protocolo do Rio de Janeiro: sua hermenêutica jurídica face ao direito de integração. **Revista Ética e Filosofia Política**, v. 1, n. 13, p. 98, jan. 2011.
- BRASIL. Lei nº 6.634 de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-Lei n 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 de maio de 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6634-2-maio-1979-365762-norma-actualizada-pl.html>>.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: MIN, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: território rural da Grande Cáceres. Cuiabá: MDA, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio157.pdf>.

CÁCERES. Prefeitura Municipal de Cáceres. **Plano Diretor de Desenvolvimento (PDD)**. Cáceres: Prefeitura Municipal de Cáceres, 2010. Disponível em: <<http://www.caceres.mt.gov.br/downloads/02.Diagnostico%20do%20Municipio.pdf>>.

CICCOLELLA, P. Redefinición de fronteras, territorios y mercados en el marco del capitalismo de bloques. *In*: CASTELLO, I. *et al.* (Org.). **Fronteiras na América Latina**: espaços em transformação. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1997.

CORRÊA FILHO, V. **Fazendas de gado do pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1955. 62 p.

GOES FILHO, S. S. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Brasília: Funag, 2015. p. 243-249.

GONÇALVES, J. C.; ISQUIERDO, S. W. G. Fronteira Brasil, Bolívia e Paraguai no município de Corumbá: uma abordagem sobre as diferentes divisões político administrativas. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47, p. 1-13, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2502/2394>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_amostra.shtm>.

_____. Mato Grosso, Comodoro, pecuária. **Cidades@**, 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=510330&idtema=147&search=mato-grosso|comodoro|pecuaria-2014>>.

_____. Mato Grosso, Comodoro. **Cidades@**, 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=510330>>.

MACHADO, L. Limites, fronteiras e redes. *In*: STROHAECKER, T. *et al.* (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998. p. 41-49. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/1998-Limites-fronteiras-redes-LOM.pdf>>.

_____. Estado, territorialidade, redes: cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. *In*: SILVEIRA, M. L. **Continentes em chamas**: globalização e territórios na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

RIVERA, M.; PINTO, G. Aspectos ocupacionais na área central do continente sul-americano: formação territorial mato-grossense. *In*: SOUZA-HIGA, T. **Estudos regionais sul-americanos: sociocultural, economia e dinâmica territorial na área central do continente**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

ROSSETO, O. Produção do espaço agrário no estado de Mato Grosso e o processo de concentração de terras no pantanal norte mato-grossense. *In*: ROSSETO, O.; TOCANTINS, N. (Org.). **Ambiente agrário do Pantanal brasileiro: socioeconomia e conservação da biodiversidade**. 1. ed. Porto Alegre: Imprensa Livre; Compasso Lugar Cultura, 2015. Disponível em: <http://www.cppantanal.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Livro_Pantanal_Alta_final.pdf>.

SIQUEIRA, E. **A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1997. (Série Publicações Avulsas, n. 1).

SOUZA-HIGA, T. Processo de ocupação e formação territorial. *In*: MORENO, G.; SOUZA-HIGA, T. (Org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

UFMT – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. **DataLuta**: Banco de Dados da Luta pela Terra – relatório Mato Grosso 2012. Cuiabá: Geca/UFMT, 2013. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_mt_2012.pdf>.

VALVERDE, O. Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 49-144, 1972. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n1.pdf>.

